



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
E CIDADANIA**

**PRESIDENTE: EDUARDO MATARAZZO SUPLICY**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 30 DE SETEMBRO DE 2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Falhas na gravação

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Como Presidente da Comissão Extraordinária de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, declaro abertos os trabalhos da 6º audiência pública virtual, que tem, como tema, a situação dos trabalhadores e das trabalhadoras ambulantes do Brás.

Esta audiência está sendo transmitida, por meio do endereço [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br) no *link* auditórios *online* auditório virtual 1, e no canal do YouTube da Câmara Municipal.

Diante do agravamento do quadro de pandemia da Covid-19, SARS-CoV 2, no município de São Paulo, a Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo expediu o ato nº 1.504/2021, que suspende a realização de eventos presenciais nas dependências da Câmara Municipal de São Paulo. Por esse motivo, essa audiência ocorrerá de forma exclusivamente virtual. As inscrições para o pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo.

Há seis inscritos para essa audiência, que serão chamados após as falas dos convidados e das convidadas.

Antes de iniciarmos os trabalhos e tratarmos do tema da audiência, quero fazer uma breve homenagem ao meu amigo e companheiro Carlos Alberto Pletz Neder, Carlos Neder, que faleceu no último sábado, vítima das complicações da Covid-19. Neder era médico. Foi um grande colaborador da construção do SUS e foi Secretário Municipal de Saúde na gestão da Prefeita Luiza Erundina, Vereador e Deputado Estadual. Neder era e continua sendo um exemplo, sempre muito fiel aos seus princípios éticos e democráticos e também bastante sistemático, em fazer política de forma transparente e coletiva; e um defensor incansável da saúde pública e das minorias; e, com certeza, nos fará muita falta. Carlos Neder, presente.

Sabemos que a região do Brás-Pari conta com um enorme contingente de trabalhadores e trabalhadoras ambulantes. O comércio ambulante nessa região é tão intenso que funciona durante o dia todo e também nas madrugadas. O Brás é uma região com grande fluxo de pessoas, com significativo potencial econômico. Há pessoas do Brasil inteiro que vêm

regularmente para as ruas do Brás adquirir mercadorias e revender em suas lojas. O bairro merece uma atenção diferenciada, ao falarmos do comércio ambulante que ali funciona.

Raquel Rolnik nos lembrou, em artigo publicado no último dia 16, em sua coluna da UOL, que o comércio ambulante é um tipo de atividade econômica milenar e mundial. Desde antigamente, em todos os cantos do mundo, há venda de produtos nas ruas, praças e calçadas; e mesmo que os conflitos tenham se acirrado, no último século, é uma atividade econômica que perdura e que dificilmente será extinta.

O comércio ambulante, por si só, já é um trabalho precário. Os trabalhadores desse setor vivem de ganhos diários, transportam suas mercadorias todos os dias, não têm acesso a banheiro e água, possuem condições precárias para alimentação e, somando a tudo isso, sofrem com o risco constante de perder todas as mercadorias nas ações de fiscalização. Quando isso acontece, não apenas deixam de receber o lucro da venda, como também perdem todo o investimento feito em seus produtos.

Também ressalto que constantemente recebo relatos e vídeos de abordagens extremamente violentas da operação delegada PM e CGM na fiscalização da atividade do comércio ambulante. Os agentes da segurança devem cumprir o protocolo de abordagem, bem como dar o lacre e orientações para a recuperação da mercadoria apreendida.

Nenhum tipo de violência deve ser tolerado, principalmente para uma classe trabalhadora que só busca os seus sustentos diários. Por ser atividade econômica característica de rua, a localização do comércio e o serviço de ambulantes dependem exclusivamente do espaço público, que então passa a ter um valor de mercado e, se não for organizado e regulado pelo Poder Público, abre brechas para distorções e cobranças ilegais.

Ao tomarmos conhecimento do Projeto Boulevard Brás, que pretende fazer um calçadão da Rua Tiers, que é atualmente uma importante rua de comércio ambulante, entendemos que seria necessário iniciarmos diálogos entre todas as partes envolvidas. Até agora, os trabalhadores ambulantes não foram considerados como parte desse projeto.

Outro ponto que precisamos tratar é que há muitos anos a Prefeitura de São Paulo

não emite mais TPU para comércio ambulante, que é uma autorização permanente para pontos fixos.

Em 2019, foi criada a plataforma Tô Legal, que consiste em uma autorização provisória em pontos já mapeados pela Prefeitura, que tem sido a única forma de legalização desses trabalhadores hoje, mesmo que frágil, por ser de prazo curto; porém não há e nunca houve pontos disponíveis do Tô Legal em nenhuma rua do Brás, o que é uma inconsistência, já que é onde há o maior número de trabalhadores ambulantes por metro quadrado. O trabalhador ambulante que lá está quer ser regularizado, ao adquirir a autorização, montar sua banca de forma segura, pagar as taxas devidas para a Prefeitura e não ser vítima nem das cobranças ilegais do espaço público nem de ter suas mercadorias retidas pela fiscalização.

É importante lembrar que o uso das vias públicas pelos ambulantes e camelôs está relacionado a vários fatores, dentre os mais significativos, o desemprego, como a crise que assola a economia. A informalidade tende a ser o principal meio de sobrevivência.

O direito ao trabalho é um direito humano. É função do Poder Público assegurar o direito ao trabalho digno para os trabalhadores ambulantes do Brás.

Gostaria de verificar quais os Vereadores que já estão presentes. Gostaria primeiro de assinalar aqui que a Vereadora Erika Hilton infelizmente, por um problema pessoal de saúde, não pode estar aqui. S.Exa. é Presidente desta comissão. A Vereadora Cris Monteiro e os Vereadores Dr. Sidney Cruz e Paulo Frange foram convidados, como também especialmente o Vereador Adilson Amadeu. Eu pergunto se algum dos Vereadores já está presente e quer ter o direito à palavra, por favor.

**A SRA. CRIS MONTEIRO** – Nobre Vereador Suplicy, Cris Monteiro, presente.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Cris Monteiro, seja muito bem-vinda.

Se quiser usar a palavra, por favor, esteja à vontade.

**A SRA. CRIS MONTEIRO** – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu não preciso usar a palavra neste momento.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Como o Vereador Paulo Frange encontra-se no *chat*, na hora em que S.Exa. desejar falar, está aberta a palavra.

Passemos agora a palavra aos convidados, começando com o Sr. Benedito Roberto Barbosa, o Dito, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, por três minutos, porque há muitos convidados.

**O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA** – Bom dia a todos. A gente não sabia que a Vereadora Erika Hilton está com problema de saúde. Então, queremos desejar também a pronta recuperação da Vereadora, desejando saúde para ela; e saudar, mais uma vez, esse encontro na Câmara Municipal, com os principais interessados e interessadas, os trabalhadores e trabalhadoras ambulantes, também aqui com outras autoridades, para discutir, mais uma vez, a grave situação dos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes aqui na cidade de São Paulo.

O Centro de Direitos Humanos tem acompanhado essa situação desde o ano de 2012, por volta naquele período já anterior à Copa do Mundo, de tirar os ambulantes do Centro da cidade de São Paulo; e, de lá para cá, temos acompanhado, por meio do fórum dos ambulantes, todas as mazelas e todas as situações que envolvem os trabalhadores ambulantes e trabalhadoras aqui na cidade de São Paulo.

Então, não é a primeira vez que a gente vive essa crise, como nós estamos vivendo agora, na região da Feira da Madrugada, especificamente na região do bairro do Canindé-Pari, na Rua Tiers, na tentativa da expulsão dos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes daquela região.

Vamos nos lembrar de que são quase, cerca de vinte mil trabalhadores, e a gente precisa urgentemente de um censo, de um levantamento preciso, inclusive para discutir uma política pública mais ampla para esses trabalhadores, e não o tratamento com violência, como nós estamos assistindo, nesses últimos meses, contra esses trabalhadores. Os trabalhadores ambulantes da Feira da Madrugada pedem, já desde 2016, 2017, a sua regularização. Vamos nos lembrar também de que eles já foram expulsos da região. Já tinham sido expulsos antes, da 25 de Março e do Largo da Concórdia. Depois foram expulsos também da região da Feira da

Madrugada e da Feirinha do Pari, no Pátio do Pari. Foram para a Rua Tiers, para a região, e implantaram ali, começaram a fazer ali o seu trabalho naquela região; e agora, por causa de um possível projeto imobiliário, a implantação de um *boulevard*, organizado pelos lojistas do Brás, em parceria com a Prefeitura de São Paulo - é o que sabemos até o momento - sem nenhuma discussão com os trabalhadores e as trabalhadoras ambulantes daquela região e sem nenhuma discussão também com o fórum dos ambulantes e as entidades que atuam e as entidades que trabalham, na região, e são diversas entidades. Eles estão aqui e vão falar sobre isso.

Mais uma vez, a gente assiste a uma tentativa de estrangulamento, de criminalização, ações violentas, por parte da Polícia Militar, da operação delegada, GCM e tudo, para tirar os trabalhadores da região.

O Vereador Suplicy também colocou muito bem, já situou qual é o tamanho e a dimensão do problema. Ontem inclusive eu fui surpreendido, nobre Vereador. Eu estava assistindo à audiência da CCJ, a reunião da Comissão de Constituição e Justiça e fui surpreendido pela proposição do Vereador Adilson Amadeu, se não estou enganado, de propor uma subprefeitura naquela região. Nada contra isso, mas a prioridade, na região, é garantir o trabalho, é regularizar os trabalhadores, é estabelecer um diálogo e é criar um fórum com esses trabalhadores e trabalhadoras, para ver qual é a melhor solução para o problema daquela região, ou seja, participação, ouvir os trabalhadores e não os tratar com a violência que tem sido tratada nesses últimos meses.

Então, é isso que o Centro de Direitos Humanos tem aqui a dizer; e certamente, se formos chamados num fórum mais amplo, aí teremos condições de trazer todos os nossos posicionamentos, inclusive do conjunto das entidades que participam dessa articulação. Queria aqui fazer o registro do grupo de estudos Cidade e Trabalho, da Universidade de São Paulo, do fórum Fronteiras Cruzadas, que trabalha também com os imigrantes, do Fórum dos Ambulantes da cidade de São Paulo, do Centro Gaspar Garcia, de Direitos Humanos e do conjunto das entidades dos trabalhadores da região do Brás, Pari e Canindé.

Nós estaremos aí à disposição para discutir. Viva os trabalhadores ambulantes da

região do Brás e da Feira da Madrugada. Abaixo a violência e regularização já.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Rogério Lima, da União dos Empreendedores do Comércio Popular, Feiras Itinerantes Brás e São Paulo.

**O SR. ROGÉRIO LIMA** – Oi, pessoal, bom dia a todos.

Quero aqui agradecer a presença do nosso sempre Senador e nosso Vereador Eduardo Suplicy e a presença de todos os Vereadores presentes, como o Ministério Público e todos os órgãos competentes da Prefeitura.

Venho aqui falar em nome de todos os trabalhadores da região da Feira da Madrugada e de todos os empreendedores. A gente luta há anos pela regularização. A gente tem a oportunidade de trazer um projeto de empreendedorismo social para a cidade de São Paulo, para a Prefeitura ganhar com esse projeto, a gente ganhar trabalhando regularmente, a gente pagando nossos impostos, pagando nossos tributos e nisso a gente vem trabalhando em conjunto com a Prefeitura. A gente vem sofrendo essas perseguições, a perseguição de não poder trabalhar. É um direito sagrado, um direito que está na Constituição Brasileira. Então, a gente pede. A gente pediu, em 2016, uma audiência pública na Faculdade Unicid, com a presença de milhares de comerciantes, milhares de camelôs e empreendedores, para fazer um projeto, um projeto de empreendedorismo social com o *boulevard*. Nós apresentamos uma empresa, para ter o certificado de qualificação técnica para nos ajudar, para nos qualificar e nisso a gente estava pedindo para a Prefeitura a regularização, pagando nossos tributos e nossos impostos municipais. O que aconteceu naquela época? A gente protocolou um documento, na Prefeitura Municipal de São Paulo, na gestão João Doria, na época. A gente não foi respondida por esse protocolo. A gente perdeu essa oportunidade, de trabalhar, de uma forma regularizada, e consolidar a Feira da Madrugada. Ela é conhecida e tradicional na cidade de São Paulo e é fundamental para o Estado. Nós escoamos os produtos para as pequenas lojas, para os pequenos empreendedores que vêm fazer compras aqui e a gente fabrica. Os empreendedores da Feira da Madrugada são fabricantes próprios. Eles fabricam, em suas pequenas oficinas, nas

comunidades, e vêm para a região Central aqui, na Feira da Madrugada, para vender o seu produto, comercializar e comprar na loja de tecida e na loja de aviamento. Enfim, a gente gira uma cadeia.

Hoje só aqui, na região, somos mais de quinze mil empreendedores. No total, de madrugada e de dia, somos 20 mil empreendedores. Atrás de cada barraca, de cada banquinha do camelô, a gente gera emprego para oito costureiras, um estampador e um cortador. Então, a gente é fundamental para a economia desta Cidade, fundamental para a economia deste Estado e fundamental para a economia do País.

Então, a gente pede um apelo, para todos os órgãos públicos, para regularizar, para mostrar que nós somos trabalhadores, porque, todos os dias, a gente acorda meia-noite e saímos às seis horas da manhã. Viemos aqui para trabalhar. Nós não somos bandidos. A gente somos trabalhadores, somos empreendedores.

Então, eu quero falar para os nobres Vereadores. Inclusive essa oportunidade para falar para o nobre Vereador Adilson Amadeu, para que venha aqui, na Feira da Madrugada, falar olho no olho com cada trabalhador. Nós queremos a regularização já.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem.**

Tem a palavra a Sra. Hortense Mbuyi, do Conselho Municipal dos Imigrantes e Fórum Fronteiras Cruzadas, da Universidade de São Paulo.

**A SRA. HORTENSE MBUYI –** Bom dia. Obrigada por me dar a palavra. Eu sei que três minutos é pouco, porque a articulação é grande. Eu abraço muito a fala do Sr. Rogério, que já falou de tudo, desse procedimento, dessa luta. Eu acho que suspender essa feira é muito gravíssimo, porque isso vai acabar acrescentando muito mais essa vulnerabilidade, pela qual passam essas pessoas.

Imaginem, no meio dessa pandemia, essa catástrofe econômica pelo qual passam as pessoas, com a falta de emprego que já havia antes e o que está acontecendo hoje. As pessoas que vão vender vão para sustentar a vida da família, para sustentar os filhos, para conseguir colocar arroz e feijão na mesa dos seus familiares. Aquelas mulheres vão lutar,

batalhar, para conseguir pagar aluguel, pagar as contas de luz e pagar a conta de água.

Imagina se não existir mais essa feira, o que eles vão fazer? Hoje, na política pública dos imigrantes, no Brasil, a questão de trabalho continua um desafio, sem falar da questão de moradia.

Então, imaginem como essas pessoas vão fazer? Recebemos, nós imigrantes, carteira de trabalho, mas sem categorização, nem perfil; sem dar uma analisada nos nossos perfis para levantar nosso currículo e, assim, nos ajudar a competir a uma vaga de emprego. E, agora, depois que as pessoas se viram, empreendendo e fazendo um trabalho autônomo para se sustentar, viraram bandidos? Desculpem, acho que não. Eles precisam e merecem respeito. É direito de cada um trabalhar, faz parte do direito fundamental de cada um.

E isso tudo não só na cidade de São Paulo. Eu acho que esse assunto tem de ser visto também em nível de Estado, porque a Cidade diz uma coisa, o Estado diz outra coisa e, diante da violência, vejamos, temos a violência da Guarda Civil, da Rota, e tudo esse policiamento e serviços de segurança, cada um obedeça um nível. Aquele que obedece ao Estado, que está sob a coordenação do Estado; outra equipe responde ao Município. Então eu acho que é a hora de se tomar atitude no sentido de tirar essa violência pela qual estamos passando. Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** - Muito obrigado pelas suas palavras, Hortense, do Conselho Municipal do Imigrante.

Passemos agora a palavra à Margarida Bernardina Ramos, do Movimento Unificado dos Camelôs de São Paulo - Muca. A senhora tem três minutos.

**A SRA. MARGARIDA BERNARDINA RAMOS** - Bom dia pessoal. Quero saudar a todos e todas que estão presentes e quero falar que o Rogério fez um pronunciamento que até me tirou o fôlego. A Hortense também.

Venho reforçar o que disseram, eu também sou ambulante, trabalho na região central do Brás, na Feirinha da Madrugada. Trabalho vírgula, trabalhava, porque ultimamente nós não estamos conseguindo trabalhando. A fiscalização, às vezes, quando nós chegamos para montar nosso quiosque, à meia-noite, eles já se encontram lá, e eles ficam rodando, nós tentamos reunir

a mercadoria e ir para a rua, para ver se conseguimos levar, pelo menos, algo que, ao vendermos, paga a condução para ir embora.

A nossa situação de trabalhadores ambulantes está a cada dia mais difícil. Difícil por quê? Porque, na primeira onda da pandemia, todos sabem como já foi muito difícil para nós. Literalmente, vendíamos o almoço para comer a janta. Agora, vocês imaginem, passando essa situação, dependendo de cesta básica, devo dizer que muitas entidades que se solidarizam conosco, pelo que somos muitos gratos, mas, justamente agora, se encontra assim: quando temos a oportunidade de ir para a rua, de por nossas contas em dia, pagar nossos aluguéis, daí, nesse momento, o Poder Público faz isso com a gente.

Estou aqui mesmo é para pedir socorro. Socorro, pessoal, não deixa fechar a única porta que nós, ambulantes, temos. Não permitam que essa porta seja fechada. Essa porta é da rua, a única coisa que nós temos para chegar numa loja, pegar um produto e revender para ganhar um real a mais e levar o sustento para nossa família.

Nossa situação está muito complicada. Peço mais uma vez que nos ajudem, que tudo que nós queremos é trabalhar, ter dignidade, levar nosso sustento à nossa família e ter direito de trabalhar. Por favor, deixem a gente trabalhar, pelo menos enquanto dure a pandemia.

**A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER** - Margarida, precisa encerrar, tá bom?

**A SRA. MARGARIDA BERNARDINA RAMOS** - Sim, tá bom. Quero pedir que, ao invés de estarem levando as nossas mercadorias, que nos analisem e dêem uma oportunidade para nós. Isso que eu tinha para contribuir. Muito obrigada a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** - Muito obrigado, Margarida, do Muca. Agora com a palavra José Gomes da Silva, Presidente do Sinpesp - Sindicato dos Permissionários em Pontos Fixos nas Vias e Logradouros Públicos do Município de São Paulo. O senhor tem três minutos e, em seguida, daremos a palavra ao Coronel Danilo Antão Fernandes, Subprefeito da Mooca. Tem a palavra o Sr. José Gomes da Silva, por favor.

**O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA** - Bom dia a todos e a todas. Quero parabenizar a todos pela reunião. Parabéns ao Vereador Suplicy, nosso sempre Senador.

Queria falar um pouco dessa questão dos permissionários, dos ambulantes, nós estamos enfrentando coisas sérias. Vou começar pelo permissionário, porque é a área que atuo mais diretamente.

Agora estamos com um problema dum CCM que foi exonerado ou suspenso e isento em 2009, ou dois mil e..., não me recordo muito bem qual é a data e, depois de vários anos, em 2016, ele foi ativado e hoje o pessoal está com uma dívida que é complicado pagar pela situação que todos estamos passando e, além de tudo, essas parcelas seriam encaminhadas pela Secretaria da Fazenda, eu mesmo já pedi e agendei para a pessoa ir lá, e chegando lá, eles disseram que não fazer mais nada, que vai ter que fazer...

- Ruído na gravação. Transcrição prejudicada.

**O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA** - Estão me ouvindo?

**A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER** - Estamos ouvindo sim.

**O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA** - Então, mandamos as mensagens, andamos na Secretaria da Fazenda, eles não nos recebem, não fazem mais o que tinha de fazer lá. Não sabemos mais como fazer esses pagamentos, porque tem desconto, porque vai para o PPI, mas está uma dificuldade. Esse é um ponto.

Outro ponto é que nós temos milhares de ambulantes que estão aí no Brás e nas ruas do Brasil, não só no Brás, mas na 25 de março, na praça da Sé, em tudo que é lugar, e essas pessoas estão ao deus-dará, então, vivem correndo da polícia, da fiscalização, e o pior: não tem solução. Eu tenho pedido que se faça uma regularização, que se estude uma maneira de fazer com que essas pessoas tenham seu local para trabalhar e, assim, levar o sustento de suas famílias.

Nós sabemos que não é com a repressão, que vem acontecendo em alguns casos, que vai tirar esse pessoal da rua. Hoje nós sabemos, inclusive, qual é o tamanho do desemprego na cidade de São Paulo. Nós não temos outra saída, a não ser o de procurar o meio de levarmos o sustento para casa de uma maneira correta, honesta, porque, sabemos que tem até alguém que envereda para o lado que não queremos.

Então vamos fazer um esforço. Peço ao Vereador Suplicy, nosso sempre Senador, e a todos os Vereadores que estão nos ouvindo, que procurem encontrar uma saída. Eu acho que é um dever dos Parlamentares cuidar desse povo, afinal de contas, são pais e mães de família que estão na rua, desempregados, passando por situação difícil. Nós temos de encontrar uma saída para isso.

Sem contar os próprios permissionários, tivemos todos um ano difícil, em 2020, ficamos seis meses parados. Em 2021, voltarmos a ficar parados. Todos têm dívidas, nós estamos tentando colocá-las no PPI, o programa de parcelamento, onde as pessoas podem pagar com mais tranquilidade; ainda assim, estamos encontrando dificuldades.

**A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER** - Precisa concluir, por favor.

**O SR. JOSÉ GOMES DA SILVA** - Está bem. Mesmo a lei falando que dívida de 2020, antes de 2020, pode ir para o PPI, não estamos conseguindo, está difícil. Peço que nos ajudem, por favor. Mesmo aqueles que podem e querem pagar estão com dificuldades de parcelar, de pagar. A situação está complicada. Peço a ajuda de todos. Valeu, meus amigos. Muito obrigado. Boa reunião para nós.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** - Muito obrigado. Sr. José Gomes da Silva, Presidente do Sinpesp.

Tem a palavra o Coronel Danilo Antão Fernandes, Subprefeito da Mooca. Sejam bem-vindos à essa reunião. Como o senhor, diante das diversas observações, precisará de um pouco mais de tempo, e sendo tão importante a sua palavra, lhe daremos dez minutos. Por favor.

**O SR. DANILO ANTÃO FERNANDES** - Bom dia a todos. Estão me ouvindo, eu estava com um problema de áudio aqui, só conectar melhor, um instante.

**A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER** - Não estamos ouvindo muito bem. Acho que o senhor está com seu som. Precisa ativar o microfone.

- Ruído na gravação. Transcrição prejudicada.

**O SR. DANILO ANTÃO FERNANDES** - Meu microfone está ativado. Estão me ouvindo?

**A SRA. CRIS MONTEIRO** - Está muito longe talvez do microfone, Sr. Danilo, a gente ouve muito longe.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** - Estamos ouvindo muito baixo, mas estamos ouvindo. Seria bom aproximar-se mais do microfone. Obrigado.

**O SR. DANILO ANTÃO FERNANDES** - Estou com o microfone bem à boca, estão me ouvindo?

**A SRA. CRIS MONTEIRO** - Não. Ainda tem problema. Estamos vendo que está próximo à boca, sim, mas não ouvimos.

**O SR. DANILO ANTÃO FERNANDES** - Vou pedir um instante, tem a máquina do meu Chefe de Gabinete, aqui ao lado.

**A SRA. MONICA NASCIMENTO NADER** - Agora ficou bom, dá para lhe ouvir.

**O SR. DANILO ANTÃO FERNANDES** - Melhorou? Ótimo. Posso falar agora então.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** - Pode falar, obrigado.

**O SR. DANILO ANTÃO FERNANDES** - Obrigado. Quero cumprimentar o Vereador sempre Senador Eduardo Suplicy. Parabéns pelo seu trabalho. Estamos aqui à disposição a todos os Vereadores da Câmara. Em nome do Presidente cumprimento os demais nobres Vereadores que estão participando dessa audiência pública.

Quero também cumprimentar os líderes e os representantes dos Sindicatos que estão, aqui, participando dessa audiência, tratando desse assunto tão delicado que é o comércio ambulante no Município de São Paulo.

Como os senhores e as senhoras devem saber, até por meio da Imprensa, eu estou aqui há 14 dias, na Subprefeitura Mooca. Então estamos nos inteirando das problemáticas, sabemos que são problemas complexos e são problemas que vêm de longa data. Para problemas complexos, nós sabemos que, às vezes, são soluções complexas que eles demandam.

Do lado da Prefeitura, o que temos visto e precisamos fazer uma linha história, essa Feirinha da Madrugada que foi tão mencionada, ela tinha, como local de funcionamento, a

avenida do Estado, aquele prédio que era lá da União e que, agora, nele, está sendo feita uma construção bastante robusta que foi objeto de uma concorrência pública; trata-se de uma obra em torno de 500 milhões de reais, ou que seja meio bilhão de reais, que vai poder receber 4 mil box, mil lojas, 315 vagas de ônibus, 2,2 mil vagas de veículos, uma praça de alimentação que pode abrigar 1,2 mil pessoas, que vai funcionar 24 horas, vai ter banheiros, sanitários, podendo dar dignidade às pessoas frequentarem um local público, onde façam suas compras e também onde tenham, pelo menos, o banheiro para suas necessidades básicas. São coisas importantes que também fazem parte da dignidade de quem vende e de quem compra.

Por conta dessa obra, lá atrás, em 2019, em 2018, foi retirada a Feirinha da Madrugada daquele local e hoje ela funciona, lógico de forma bem mais modesta, num prédio que todos conhecem como Amarelão, na região do Brás - Pari.

Pois bem, essa obra deve ser entregue pela concessionária que a está fazendo, pelo consórcio que está levando a efeito essa obra, em novembro, a previsão é novembro deste ano.

Portanto, é uma oportunidade de, como as senhoras e os senhores estão mencionando, pois desejam estar legalizados, que querem pagar os tributos para poderem trabalhar, afinal de contas nós compreendemos a necessidade de fazer essa venda, estar nesse ramo de atividade que, aliás, é histórico, existe, de certa forma que ouvimos falar, desde os tempos da Bíblia, já existia. Todavia, ele tem de ter regramentos. Estamos no século XXI, temos de ter regramentos urbanos, temos de obedecer normas que são, inclusive, emanadas e votadas na Câmara Municipal e que os administradores públicos têm de cumprir e, claro, assim como também os cidadãos. E isso como qualquer concessão de serviço público.

- Ruído na gravação. Transcrição prejudicada.

**O SR. DANILO ANTÃO FERNANDES** - Por favor, alguém com microfone ligado pode talvez atrapalhar um pouco nossos colegas que estão participando. Obrigado.

Então isso são normas que pertencem a todos, tanto para os usuários, quanto para o Poder Público. Entendemos a complexidade disso. Realmente são pessoas que estão defendendo o seu dia a dia, o seu pão de cada dia, todavia elas precisam se submeter a regras,

que são regras públicas para que outras pessoas também possam participar, porque, é a lei da oferta e da procura. Embora nós saibamos que o atrativo é muito bom, as pessoas vêm de vários locais para fazerem suas compras nessa Feirinha da Madrugada que, agora, precariamente, tem se instalado há algum tempo na rua, por outro lado, é um processo bastante simplório, onde a pessoa não tem um banheiro para ir.

Ademais, a notícia que eu tenho aqui é que a sujeira que fica depois dessas feiras é enorme, então, existe todo um processo de limpeza, gastos públicos, que são feitos para uma demanda que é deixada, vamos dizer assim, para trás. Portanto, uma questão de organização urbana.

Ao mesmo tempo, se as pessoas se sentem intimidadas com um espaço que carece de segurança ou de outras alternativas que possam ir, em tese, a pessoa acaba perdendo também o cliente, pois ele fica inseguro de ir até um local onde, às vezes, ele não tem espaço nem para andar, com ruas, e até passeios públicos, tomados, muitas vezes, por barracas. É tudo muito complicado para a Administração Pública.

E nós, como administradores públicos, até dentro do princípio da legalidade, temos que cumprir as normais. Eu, como Administrador Público, não posso simplesmente chegar e dizer: "Existe uma norma, vou optar por cumprir tal norma ou não cumprir tal norma". Isso aí faz parte do *munus publicum* de qualquer administrador, seja aqui, seja na Câmara Municipal, onde há administradores também na parte burocrática, na Assembleia Legislativa, em qualquer área, no próprio serviço de saúde, todos têm de ter uma organização.

E a organização do espaço público, ela passa por esses regramentos, então, o que a Prefeitura tem feito? Ela fez esse grande consórcio, essa grande obra, é hoje a maior obra da América Latina para o comércio ambulante. Portanto, muito importante. Não podemos esquecer isso e, digo mais, estou falando em Prefeitura. Veja que não estou especificando administração A, B ou C. Foram fatos que foram passando e quem estava à frente da Administração teve essa preocupação de melhorar, de fazer alguma coisa mais civilizada para que as pessoas possam trabalhar, que faz parte também da dignidade do trabalhador, mas que as pessoas também

possam ter dignidade para comprar. Dignidade e segurança.

Agora, claro, somos contra violência de qualquer ente público ou privado, de quem quer que seja, isso, como eu falei, estamos no século XXI, há que se concordar. Todavia, quando as apreensões acontecem, e isso eu recebo também as queixas, ou pelo menos os relatos dos funcionários que aqui trabalham, se eles não tiverem o apoio da Polícia e da Guarda, eles simplesmente não conseguem trabalhar para executar a sua ação fiscalizatória.

E alguns, às vezes, são exceções realmente, eles relutam e resistem mediante força e intimidação, às vezes com paus e pedras, então, são coisas que ninguém deseja, é claro, o conflito é sempre indesejado, pois o ideal é sempre termos a paz social. Só que essa paz social passa por uma organização social. Então essa organização social passa por cumprimentos de leis, a lei é para todos, não podemos abdicar dela, embora, eu ouvi as pessoas falando de direitos, e é claro, existem direitos, há o direito ao trabalho, está no artigo V da Constituição Federal, mas as pessoas também têm o direito de ir e vir, e também da organização, o pagamento dos impostos etc.

Por exemplo, nessa audiência pública, que acho ser muito importante pelo tema que aborda, nós não temos o outro lado, que eu também ouvi relatos, que são, eventualmente, os comerciantes daquela região, e que dão conta de que alguns estão fechando seus comércios por conta de não conseguir trabalhar adequadamente, por causa das calçadas invadidas, porque as ruas estariam invadidas e daí, as pessoas acabam ficando com medo de ir lá comprar - medo pelo próprio excesso de pessoas nessa pandemia, isso é natural - e outros que fecharam mesmo suas lojas o que acontece? Ele acaba demitindo também pessoas do mercado formal de trabalho.

Ao demitir pessoas do mercado formal de trabalho, gera-se o desemprego, a arrecadação de impostos, seja em que nível for, municipal, estadual ou federal, ela diminui e, diminuindo a arrecadação, teremos menos verba para o Sistema de Saúde, para o sistema até do ISS, então, não é uma solução simples, como eu disse é uma solução complexa.

Quando a esse boulevard, esse soube quando assumi, que já havia sido assinado,

no mês passado, um termo de cooperação entre a Prefeitura e a Fevabrás - Federação de Varejistas e Atacadistas do Brás e, na verdade, seria uma forma de fazer uma espécie de calçamento exclusivo para pedestres, com paisagismo, até para melhorar o atrativo das pessoas comprarem. Se o ambiente fica favorável para as compras, acaba gerando mais empregos, e as pessoas acabam indo mais para a região do Brás e do Pari. Esse foi o termo de cooperação. A Prefeitura não vai ter dispêndio financeiro nesse aspecto, pois essa entidade se encarregaria de fazer esse paisagismo, o aspecto desse calçamento. Eu acho que uma reforma é sempre boa no sentido de levar as pessoas para o comércio.

Ouvindo a necessidade dos ambulantes de trabalharem e de pagarem os tributos, em 2019, a Prefeitura criou Tô Legal, que permite que as pessoas se inscrevam em 70% das partes da Cidade. A notícia é que já foram inscritas 17 mil pessoas nas áreas que foram disponibilizadas nas diversas regiões de São Paulo. É oferta e procura: se o preço da pessoa é bom, certamente ela vai vender em todas as áreas de São Paulo, mas ela tem que se inscrever, tem que pagar o tributo de manutenção, de permissão de uso, e esse tributo vai se tornar ou melhorar uma unidade de saúde em alguma região do Município, vai melhorar a área da saúde, o posto de saúde, porque, quando pagam tributos, a gente acaba fornecendo uma condição melhor. A gente fica sensibilizado com essa demanda do comércio ambulante, mas a gente sabe também que nós temos que ter regramentos urbanos e nós temos que ter dignidade para exercer qualquer atividade.

Era o que eu tinha para dizer em razão. Agradeço o tempo que foi disponibilizado.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, Coronel Danilo Antão, Fernandes, Subprefeito da Mooca.

**A SRA. CRIS MONTEIRO** – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Tem a palavra, pela ordem, a Vereadora Cris Monteiro.

**A SRA. CRIS MONTEIRO** – Sr. Danilo, eu escutei sua fala com atenção e eu me pergunto, depois de ter escutado o depoimento dos vários comerciantes com as dificuldades, o

que a gente pode fazer do ponto de vista tático, porque várias das coisas a que o senhor se referiu me parecem mais de longo prazo. Não sei se eles se cadastraram no Tô Legal, que é uma alternativa, mas me dá a impressão de que essas pessoas precisam trabalhar agora e estão sem a condição de trabalho. Eu acho que a gente precisa, sim, ter um processo organizado; concordo com o senhor quanto a isso. Essa é a forma como eu me conduzo e é dessa forma que a gente tem trabalhado, dentro da lei, da organização. Enfim, da melhor forma possível.

Eu li na imprensa sobre milícias que estão ameaçando os ambulantes e, depois de tê-los escutado, eu fico pensando o que é possível ser feito de forma tática, agora, por essas pessoas, que estão lá há muito tempo, porque a feira não começou na semana passada. Como Poder Público, de certa forma, nós falhamos por não termos sido capazes de organizar isso antes e, agora, há uma circunstância muito difícil para eles, que precisam trabalhar. Existe alguma coisa que a gente pode fazer taticamente para que as pessoas possam voltar ao seu trabalho em segurança, oferecer segurança aos seus clientes, enquanto a gente trabalha numa situação mais estratégica, como o senhor está falando?

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Tem a palavra o Coronel Danilo.

**O SR. DANILO ANTÃO FERNANDES** – Quero saudar a Vereadora Cris Monteiro e dizer que sua pergunta é muito oportuna. Como eu mencionei, o que nós vamos ter a médio prazo é a inauguração desse grande centro com essas cinco mil possibilidades em novembro. Para agora, imediatamente, realmente não há uma sinalização de que haja uma regularização nesse espaço público Feira da Madrugada; não temos essa sinalização. Porém, continua vigente a possibilidade de a pessoa se inscrever no Tô Legal! nos locais onde é permitido o exercício dessa atividade.

A região do Brás está muito saturada e não comporta o ordenamento total de tudo e o que vai acontecer cada vez mais é que as pessoas vão deixar de ir ao local porque elas simplesmente não conseguem ter segurança. Este é o receita de muita gente: a desorganização de coisas na rua, e os próprios comerciantes também reclamam que, às vezes, as pessoas ficam

até impedidas de entrarem nas lojas. Então, não há, no momento para aquela região a possibilidade de a feirinha noturna ser regularizada.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Vamos ouvir os Sr. Patrick Maia Merísio, Procurador do Ministério Público do Trabalho, por cinco minutos.

**O SR. PATRICK MAIA MERÍSIO** – Bom dia a todos. Muito obrigado pela oportunidade. Agradeço o gentil convite recebido da Câmara dos Vereadores de São Paulo e, na pessoa do Presidente da Mesa, Vereador Eduardo Suplicy – que já participou de um evento no Ministério Público do Trabalho e com quem eu já tive a oportunidade de participar de outra audiência –, cumprimento os Vereadores e Vereadoras presentes.

Como já foi feito em várias ocasiões, gostaria de oferecer a disponibilidade do Ministério Público do Trabalho para auxiliar esses trabalhadores nas suas demandas, como em algumas situações já foram feitas, tendo alguns ofícios sido até encaminhados pelo Ministério Público do Trabalho ao Município e a outros órgãos públicos, inclusive em parceria com o Ministério Público do Estado São Paulo. Nesse contexto, inclusive nós temos um inquérito, o 8.177/2018, cujo ato já foi peticionado algumas vezes pelo Dr. Benedito, um dos primeiros a falar e que, além da obtenção de informações, acompanhou ambulantes prejudicados.

A minha fala é mesmo mais no sentido de oferecer o apoio do Ministério Público do Trabalho naquilo que for cabível para qualquer coisa que nós formos procurados, seja pelo Poder Público Municipal, pelos Vereadores, por outros órgãos públicos. Constantemente nós provocamos o Município de São Paulo em relação a várias questões, inclusive sobre condições sanitárias de trabalho e até reconhecendo a importância dos ambulantes. Inclusive, eu acho que, às vezes, a gente até se esquece até do nome da Cidade onde vivemos, cidade de São Paulo, nome de um tecelão fabricante de tendas que estava muito mais para um ambulante do que para um empresário ou dono de loja. Essa é história da nossa cidade e o próprio significado do seu nome. Quando eu vou para a região onde fica a estátua de São Paulo, na perto dos shoppings Morumbi e Marketplace, onde passam os ônibus e os carros a mil por hora, eu sinceramente acho que a estátua vai cair do topo, porque ela fica completamente “espremida” ali naquela

paisagem urbana, e eu vejo essa questão como algo que atinge o próprio ambulante, que também fica “espremido” nessa situação que nunca chega a uma solução.

Agradeço a oportunidade de ter podido falar aqui e acrescento apenas que hoje é dia 30 de setembro, dia da morte de São Jerônimo, que, pelo seu papel relevante na arte da tradução, se tornou uma data significativa, o Dia Internacional do Tradutor, e eu fico feliz de a Câmara dos Vereadores esteja tentando “traduzir” a justiça social para esse segmento tão importante da sociedade. São Jerônimo fez a tradução da Bíblia do grego e do hebraico para o latim, e talvez hoje estejamos precisando de pessoas assim, que não só traduzam o texto, mas os sentimentos mais éticos, mais altruístas e que atinjam vários segmentos da nossa sociedade, principalmente num momento em que passagens religiosas são usadas totalmente fora do contexto.

Muito obrigado por tudo.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, Sr. Patrick Maia Merísio, pela disponibilidade de ajudar na resolução de problema de tal complexidade.

Passo a palavra ao Sr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo do Ministério Público do Estado de São Paulo, mas não tenho certeza se ele pôde vir.

**A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER** – Vereador, ele não conseguiu entrar por problemas técnicos e, portanto, ele não vai participar.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Está bem. Então, passo a palavra para a Sra. Vania Maia, da Associação dos Ambulantes do Brás e da Capital de São Paulo, por três minutos.

**A SRA. FRANCISCA VANIA MAIA** – Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade da palavra e, aproveito a presença do subprefeito da Mooca para dizer que o problema do Brás é muito fácil de resolver, é só o Poder Público querer, porque espaço no Brás existe, mas desde que tenha organização.

Eu estou muito preocupada com o fim de ano, quando vai vir gente de todas as áreas

trabalhar no Brás. Como é que a gente vai fazer com essa desorganização, sendo que o Poder Público não consegue nos organizar nem renovar os nossos TPUs desde 2008, sendo que a gente pagou por eles de 2008 até 2021, mas até hoje os crachás são de 2008. Isso é falta de interesse do Poder Público.

Então, peço que organize o pessoal, porque isso é muito fácil de fazer, é só querer. Os trabalhadores precisam trabalhar, eles querem pagar imposto; nenhum camelô quer trabalhar desorganizado, correndo do “rapa” ou da polícia como se fosse bandido. Por isso, faço um apelo a todos as autoridades para que ajudem a nós ambulantes a nos legalizarmos.

Eu estou nervosa porque, na hora da reunião, a fiscalização estava na minha banca me pedindo documento e, quando eu apresentei o meu documento de 2008, eles falaram que estava vencido e não tinha validade. Como eu estou pagando, eu mostrei o recibo do pagamento, e eles olharam e saíram.

---

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, Sra. Vania Maia, da Associação dos Ambulantes do Brás e da Capital de São Paulo, pela exposição tão relevante.

Passo a palavra ao Sr. André Luiz Caetano dos Santos, do Circuito Brás, por três minutos.

**A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER** – Vereador, desculpe interromper. A Defensoria Pública pede para falar porque eles vão ter outro compromisso.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Quem vai falar?

**A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER** – O Sr. Alan Ramalho Ferreira.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Então, antes do Sr. André Luiz, o Sr. Allan Ramalho Ferreira.

**O SR. ALLAN RAMALHO FERREIRA** – Eu agradeço ao Vereador Suplicy e saúdo todos e todas, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal e os demais Vereadores presentes.

A Defensoria Pública acompanha a situação dos ambulantes pelo menos desde 2012, quando houve o episódio histórico na cidade de São Paulo de cassação em massa e revogação em massa dos Termos de Permissão de Uso, época da gestão do Prefeito Gilberto Kassab. Juntamente com o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, a gente ingressou com ações civis públicas contra o impedimento dessas ações e revogações em massa e conseguimos uma vitória importante nas ações de 2012 e seguimos na luta em via recursal, já no STJ e no STF, pelo reconhecimento dos mesmos vícios dos ambulantes de 2011 e também pela condenação da Prefeitura na formulação de uma política pública destinada a esse grupo vulnerável.

Em 2018, nós tivemos outra empreitada de remoção e cassação em massa de TPUs na Praça Fernando Costa, também na cidade de São Paulo e por uma ação civil pública da Defensoria e do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, quando a Justiça reconheceu a invalidade das cassações e das revogações em razão da falta de oitiva das Comissões Permanentes de Ambulantes. Tudo isso para afirmar que os trabalhadores e trabalhadoras ambulantes da cidade de São Paulo estão inseridos em um circuito de violência, de não reconhecimento de direitos.

Nesta pandemia, a gente sentiu falta de uma política específica para esses trabalhadores. A Prefeitura, por exemplo, organizou uma política de renda emergencial a complementar para, por exemplo, catadores e catadoras de resíduos sólidos, mas a mesma atenção não foi dada aos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes. É importante reconhecer a relevância do trabalho ambulante na cidade de São Paulo, que atende a um especial público consumidor e envolve pessoas de alto grau de vulnerabilidade. É importante dizer que muitos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes que mantêm o TPU já são pessoas idosas, que têm alguma deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade social e pobreza. Então, não se trata apenas de uma regularização do espaço público ou uma questão econômica de recolhimento de tributos, mas de uma política afirmativa de uma população vulnerável que necessita de uma especial atenção do Estado.

A Defensoria Pública se coloca novamente à disposição dos trabalhadores e trabalhadoras por meio de seu Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo e do Núcleo Especializado de Direitos Humanos e Cidadania. Nesse episódio do Boulevard Brás, nós estamos atentos às manifestações da audiência pública.

Novamente, agradeço o convite e a oportunidade da fala e me despeço das Sras. e Srs. Vereadores

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Obrigado, Sr. Allan Ramalho Ferreira, do Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública de São Paulo.

Passo agora a palavra ao Sr. André Luiz Caetano dos Santos, do Circuito Brás, por três minutos.

**O SR. ANDRÉ LUIZ CAETANO DOS SANTOS** – Bom dia a todos. Primeiramente, eu quero agradecer a todos a oportunidade e falar para a Vereadora Cris Monteiro e para o Vereador Eduardo Suplicy que a solução já foi apresentada pelos trabalhadores, mas a verdade do que está acontecendo é que a Fevabras, com o apoio da Prefeitura, está usando o coronel subprefeito da Mooca para passar um rolo compressor por cima de todos os trabalhadores. A verdade precisa ser dita.

Como o companheiro Rogério falou, nós já apresentamos um projeto estruturado com começo, meio e fim, com financiamento entre nós mesmos para a construção desse boulevard com a inclusão dos trabalhadores, mas o que está acontecendo hoje na cidade de São Paulo é uma loucura, e a gente pede socorro contra isso. O projeto foi empurrado com a barriga, engavetado, não foi dado nenhum “comunique-se” para a gente voltar com o nosso projeto ou mudar o que precisa ser mudado. Pela televisão, a gente simplesmente ficou sabendo que a obra já tem data para começar e vai ser depois do Natal, e o subprefeito da Mooca, a mando do Prefeito e com o apoio do Vereador Adilson Amadeu, está retirando esses trabalhadores para a construção do boulevard. É isso que está acontecendo, e é uma loucura.

Eu preciso, de fato, que vocês entendam a gravidade para que esta audiência pública tome já uma decisão de montar uma mesa, chamar a Fevabras, a Prefeitura e o Circuito Brás,

que está em posse de todos os documentos, para apresentar isso e descobrir por que a Prefeitura hoje aceita o processo da Fevrabras e passa por cima da sociedade civil organizada. É curioso que, logo no começo do termo desse acordo com a Prefeitura, é dito que é um procedimento de Manifestação de Interesse Social, mas isso é uma mentira, porque nenhum trabalhador foi procurado para a implantação desse projeto.

Estão colocando como se o trabalhador da rua fosse um problema para o subprefeito da Mooca, e eu entendo o desconhecimento do subprefeito, porque ele está chegando agora, mas esses mesmos trabalhadores que nessa madrugada correram da polícia a mando do subprefeito são os mesmos trabalhadores que organizaram o documento, que montaram um grupo que tem organização financeira, tem organização e *know-how* de construção.

Nesta audiência pública vai participar o advogado da Fundação Doimo que está junto com os trabalhadores da rua com um projeto todo estruturado para implantação. Eles fingem que isso não existe. Isso é uma loucura. Eles pensam que somos analfabetos, que nós não sabemos nos organizar e que só queremos estar lá invadidos e isso é uma mentira. Nós queremos a organização dos trabalhadores.

A Fevabras está fazendo o projeto que nós apresentamos para a Subprefeitura em 2016 sem os trabalhadores. Isso é o que está acontecendo. Eles copiaram nosso projeto. A Prefeitura deu aval para eles começarem após o Natal e o Subprefeito da Mooca já começou a fazer o papel dele de expulsar esses trabalhadores.

Então, vamos ser claros no que está acontecendo. Isso aqui hoje é um pedido de socorro. Por favor, montem uma Mesa e esclareçam o que está acontecendo porque nós não queremos ficar lá desorganizados, nós não queremos ficar atrapalhando a Cidade. Pelo contrário, temos provas que desde 2016/17 fizemos uma audiência pública. O Prefeito da época João Doria postou nas redes sociais dele a foto ao lado dos trabalhadores recebendo esse projeto.

Esse projeto não avançou e, agora, fomos surpreendidos com esse mesmo projeto. Nós também prevíamos a cobertura, o aterramento dos fios, prevíamos a liberação da faixa de

pedestre, prevíamos horário de começo e fim da Feira. Tudo com o dinheiro do próprio trabalhador que quer, sim, pagar o seu imposto e sem pesar nenhum centavo para o erário público. Mas, simplesmente, eles fingem que esse projeto não existe. Porém, agora, com as mídias sociais isso não vai acontecer.

Peço que vocês sigam o Circuito Brás no Instagram, fiquem atentos as informações porque toda a versão tem dois lados. Diferentemente do que acontecia antigamente, que eles vinham com a borracha em cima do camelô e o camelô corria, como o nosso companheiro Benedito falou, saiu da 25 de Março e foi para o Largo da Concórdia, foi a Rua Oriente, foi ao Pátio do Pari e, agora, está na Rua Tiers. A mídia social está aí.

A conclusão é um socorro. Nós queremos nos organizar e não queremos ficar do jeito que está, mas não aceitaremos ser expulsos da rua como se fossemos vagabundos que não somos. Nenhum passo para trás. Queremos a Feirinha organizada e regularizada nas ruas do Brás.

Obrigado a todos. Eu peço, de verdade, que vocês atendam nosso pedido de socorro, em nome de Jesus. Deus abençoe a todos.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Obrigado, Sr. André Luiz Caetano dos Santos, do Circuito Brás.

Passamos, agora, a palavra a Sra. Kelen Fernanda Cardoso, do Instituto Brás.

**A SRA. KELEN FERNANDA CARDOSO** – Venho agradecer, primeiramente, a oportunidade de todos em nos ouvir, porque acho que é uma das primeiras vezes que nós, trabalhadores informais que na verdade não somos trabalhadores informais, somos ouvidos. A gente não está aqui para desrespeitar ninguém, muito pelo contrário, estamos aqui para respeitar e ser respeitado e defender o nosso direito de trabalhar.

A gente não está aqui na Rua Tiers há um ano. Estamos na Rua Tiers há quase oito anos ou mais. Saímos da Rua Oriente expulsos devido a algumas ações que foram impostas nós. Descemos a Rua Tiers e aqui estamos. Mas esse problema já vem de anos. Porém, agora, mais agravado porque estamos com dois anos de pandemia. Estamos em recesso. Não somente

o comércio, mas creio que o País. E, do dia para a noite, vamos deixar mais de 20 mil pais de família desempregados ou sem a forma de levar o próprio sustento para dentro da sua casa.

Eu sou uma mãe de família. Eu tenho cinco filhos. Eu saio todos os dias da minha casa meia-noite e volto para minha casa às 3, 4, 5 horas da tarde, mas não é porque eu quero, é porque eu necessito. Necessito levar o pão de cada dia para eles porque eu não tenho estudo, porque não tenho oportunidade.

Assim como o Subprefeito que assumiu agora, o Coronel, falou que está sendo aberta as quatro mil vagas dentro da Feira da Madrugada. São quatro mil. Não são 20 mil. E já tem destino, que são os camelôs de TPU. E a gente na rua? Assim como o André acabou de falar, a gente pede socorro à opinião pública. A gente pede socorro ao Poder Público. A gente pede socorro ao Subprefeito. A gente pede socorro ao Prefeito. A gente pede a empatia do Poder Público porque passamos dois anos de pandemia sem nenhum tipo de respaldo de ninguém. A gente está se levantando por si aos poucos, implorando, porque a gente implora todos os dias para trabalhar. A gente implora todo santo dia.

Saio da minha casa e chego à região do Brás e eu imploro a Deus todo o santo dia para que a gente possa trabalhar, que possamos montar a banca, que possamos vender a nossa mercadoria. A gente paga o imposto sim, porque a gente compra o tecido, porque a gente corta, porque a gente fabrica. A gente dá oportunidade de emprego. Pouco, mas dá. Atrás do nosso trabalho tem mais trabalho ainda. Só que todo o dia a gente implora e pede a Deus para que a polícia não venha nos tirar. Entendemos que eles vêm porque tem ordem a cumprir. A gente entende isso.

O que a gente pede é a empatia do Poder Público, é a empatia do Subprefeito, do Prefeito, dos Srs. Vereadores. Pedimos a empatia social do nosso Vereador Adilson Amadeu, que olhe para nós e veja o nosso lado. Queremos que o nobre Vereador nos dê a palavra, ouça-nos e nos olhe com os olhos de trabalhadores. Somos trabalhadores. Só precisamos trabalhar e queremos trabalhar.

Peço ao Subprefeito da Mooca que olhe para nós com empatia e nos dê o direito de

trabalhar. Somos mães e pais de família.

Nesta audiência pública vocês veem que a maioria são mulheres que largam seus filhos em casa e vão trabalhar em busca de um sustento digno. Não desvalorizando ninguém. Só queremos o direito de trabalhar.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, Sra. Kelen.

Agora, tem a palavra o Sr. Bernard Siríaco Martins, presidente da Fundação Doimo.

**O SR. BERNARD SIRÍACO MARTINS** – Bom dia, Vereador Eduardo Suplicy, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, camelôs, lojistas, pequenos empreendedores da região do Brás.

O que temos de falar hoje de muita importância é sobre esse projeto do Boulevard da Rua Tiers. É lógico que todo contexto social do Brás é relevante, importante e é perene, vai existir sempre.

Mas, hoje, nós temos de falar de um negócio que está acontecendo agora. Esse projeto do Boulevard da rua Tiers, iniciado pela Fevabras, foi em março de 2020. Tem um ano e meio que esse projeto tramita pela Prefeitura de São Paulo e não houve nenhuma comunicação para nenhuma Associação das pessoas ali do entorno. Não houve nenhum comunicado para o Ministério Público. Não houve nenhum chamado da Defensoria Pública. Esse projeto tem uma concepção social de tamanha relevância para a Prefeitura e para a Fevabras ignorarem esse chamado das pessoas que vão ser afetadas.

Estamos falando ali da região do Brás e que vai começar pela Rua Tiers de dezenas de milhares de famílias e não são só os ambulantes, dos camelôs que ali atuam, não. Estamos falando de todo o processo produtivo por trás das pessoas que fabricam as roupas, das pessoas que carregam as roupas. Esse processo está sendo tratado pela Prefeitura de São Paulo de uma forma de trator.

Dei uma lida no plano de trabalho desse processo e vai começar a obra. Vão colocar tapumes na Rua Tiers e vão colocar as pessoas aonde? Não estamos falando só de ocupação do camelô da rua. É óbvio que a gente tem que melhorar a infraestrutura do camelô na rua. Isso

ninguém em sua consciência nega. Mas se essa transição da rua para qualquer outro lugar não for organizada através de Operação Urbana, de uma política pública efetiva, nós vamos relegar as pessoas para aonde?

Vamos simplesmente empurrar as pessoas para outras ruas e não resolver o problema? Esse processo da rua Tiers é completamente viciado. Não houve chamamento público no processo. É simples, é só ver os layouts que apresentaram na imprensa que dá para ver que eles estão usando a rua para alugar para pequenas barraquinhas.

Então, nós temos lá um lugar de milhares de pessoas trabalhando – de feirantes, de camelôs - e sem barracas. Quem que vai entrar nelas? Vai ser alugada a que preço? Isso tudo sem participação do Ministério Público, sem participação Defensoria.

O que chama mais atenção nesse processo todo é a própria Procuradoria do Município de São Paulo dentro do procedimento que virou esse acordo de cooperação chama atenção a esses pontos: não houve chamamento público, é de relevante interesse social, precisa de participação da sociedade. E, simplesmente, o Poder Executivo contrariando sua própria Procuradoria não chamou ninguém e esse negócio está acontecendo.

A Fevabras, com todo respeito, eu não sei, não tem conhecimento se a intenção é boa ou ruim, faço votos que sejam as melhores intenções, mas esse processo só vai dar certo, só não vai virar um embate, uma praça de guerra se nós chamamos todas as pessoas envolvidas. Estamos falando de Prefeitura, lojista, Fundação, Associação, temos de chamar todos os envolvidos.

O Subprefeito Danilo falou muito bem que existe esse projeto de onde era a Feirinha da Madrugada que cabem hoje milhares de camelôs lá, mas ele não é suficiente e a Prefeitura tem que organizar a entrada desses camelôs nesse projeto. Temos de dar estrutura para o camelô, mas a gente também enquanto não dá essa estrutura não podemos simplesmente expulsar essas pessoas, esses pais e mães de família, os arrimos de família do que eles estão há mais de 10 anos.

Muitas vezes esses camelôs atuam lá muito antes dos próprios lojistas que estão lá,

ou seja, quem criou o ponto comercial do Brás, quem criou o ponto comercial do Brás não foram necessariamente os lojistas que estão lá hoje. Eu conheço camelô que está lá há 10, 20, 30 anos. E aí o ponto se cria. O lojista há um ou dois anos aluga uma loja e expulsa as próprias pessoas que criaram os pontos.

Não estou falando que não tem que organizar a rua, que o camelô não tem que se organizar – organizar seu comércio e sua produção -, mas tem que ser feito de uma forma estruturada. Não é ao arrepio da Lei e não é de forma ansiosa que isso vai dar certo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Obrigado, Sr. Bernard Martins, da Fundação Doimo.

Agora, Elias Tergilene Pinto Júnior, do Shopping Uai.

**O SR. ELIAS TERGILENE PINTO JÚNIOR** - Bom dia a todos. Obrigado pela audiência pública.

Quero dizer que a empresa que ganhou a licitação da Feira da Madrugada, do Circuito das Compras SP, nós somos acionistas. Então, quem construiu a Feira da Madrugada foi o consórcio na qual a nossa empresa formou.

Quero deixar claro para os senhores que o shopping que está lá construído não contempla todos que estão precisando ser contemplados em São Paulo. São Paulo tem 180 mil camelôs e ambulantes. Só temos vagas para quatro mil. Esse projeto que está sendo hoje falado pela Fevabras foi proposto pela nossa empresa. Ele foi arquivado. (Falha na transmissão) dado informação para que a gente pudesse... sendo assim, a Feira da Madrugada não tem a capacidade de abrigar todos que estão na rua. Só temos quatro mil vagas que estão preenchidas. Temos 15 mil camelôs na rua, ou seja, os 15 mil vão ficar de fora. As quatro mil vagas já estão preenchidas e o shopping inaugura agora em novembro.

Procuramos a Fevabras, procuramos todos os comerciantes na época e eles não tiveram interesse em fazer o projeto. Esse é um projeto que traz exploração comercial desse boulevard e precisa ser feita uma licitação. Em um documento retirando a licitação, retirando o

cadastro, retirando todos que estão na rua, não pode prosseguir. Ele é ilegal. Ele comete um erro da Lei de Licitações. Nenhuma prefeitura, nenhum prefeito pode dar uma rua a comerciantes (falha na transmissão) interesse comercial para exploração comercial.

Em reunião com o senhor, ele nos fez uma proposta que a Prefeitura de São Paulo iria pagar três meses de aluguel dentro dos shoppings destes mesmos comerciantes que estão propondo o projeto. Ou seja, a Prefeitura de São Paulo está pegando camelô e direcionando aos shoppings populares desses comerciantes que estão fazendo o boulevard. A Prefeitura está fazendo papel de corretora de imóveis, o que não cabe a Prefeitura.

E aí, hoje, os aluguéis cobrados dentro dos shoppings populares desses mesmos empresários e os colegas que estão propondo fazer um investimento é de milhões de reais. Se a gente pegar 15 mil camelôs e colocarmos dentro do shopping popular, estamos falando de bilhões ao longo dos anos. E vem com essa proposta que é uma proposta feita pela Fundação Doimo há anos e que não houve a resposta do Poder Público, ou seja, a Prefeitura está pegando dinheiro dos cofres públicos que devia estar direcionado na educação, na saúde, mobilidade urbana, na segurança e propondo pagar aluguéis para esses mesmos empresários. Eles têm um pano de fundo de fazer o boulevard, de exploração comercial.

O Sr. Adilson Amadeu foi contra o projeto da Feira da Madrugada. Fizemos uma CPI na Câmara alguns anos atrás e hoje ele vem com a cópia do projeto. Esse projeto é do camelô. O camelô tem condição de fazer o projeto sem empresário e a nossa empresa se disponibiliza junto com a Fundação Doimo em organizar a Feira. (Falha na transmissão) que o projeto merece. Estão tentando marginalizar o camelô dizer que não é bandido um pai de família que trabalha na rua. Precisamos olhar isso e criar uma Comissão para que esse projeto seja avançado com a presença do Ministério Público e toda a sociedade civil junto com a Câmara.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Obrigado, Sr. Elias Tergilene Pinto Junior, do Shopping Uai.

Passamos agora a palavra ao Dalmo Luiz Coelho Alan, Secretário-adjunto Municipal

da Segurança Urbana. (Pausa). Está presente? (Pausa).

Então, passemos a palavra ao Sr. Manoel Wilson de Souza, do Fórum dos Ambulantes de São Paulo e Ambulantes de São Miguel.

**O SR. MANOEL WILSON DE SOUZA** – Bom dia, Senador e Vereador Suplicy, Vereadora Cris, companheiros ambulantes e representantes dos ambulantes do Brás e região de São Paulo.

Acompanhei com muita atenção a fala do Danilo Antão, Subprefeito da Mooca e vi uma visão de Subprefeito que era um defensor claro dos empresários do Brás. Ele não assumiu a Subprefeitura, ele continua na posição de Coronel e faz uma defesa velada da lei e esquece que os vendedores ambulantes na cidade de São Paulo são regidos pela Carta Magna do Município, no artigo 180, que manda regulamentar o comércio ambulante por pessoa física e jurídica sem prejuízo de ambas as partes.

A Cidade deve ser compartilhada com todos os que moram na Cidade e não simplesmente só com uma casta de empresários poderosos que querem dominar o comércio na região central do Brás.

O Brás é, hoje, o circuito de compras do Brasil e de turismo e que representa a geração de emprego de 120 mil trabalhadores ou mais e garante o emprego de 20 mil trabalhadores indiretos e diretos. E, além disso, o Brás tem 20 mil camelôs trabalhando nas ruas da cidade de São Paulo, sem falar que o Brás atende os refugiados e atende os nordestinos e os paulistanos e as pessoas que vivem por todo o Brasil, realizando a venda, a distribuição de produtos; garantindo emprego na indústria têxtil. E hoje criar uma feira no Brás que atenda aos vendedores ambulantes e todos que estão ali, não vi, em momento algum, esta proposta. Mas vi uma proposta de dar uma rua para os empresários do Brás, sem fazer uma audiência pública e sem debater a existência de pessoas em condições de vulnerabilidade social ali, no Brás.

A Prefeitura da cidade de São Paulo tem de entender que administrar é entender que os seus entes queridos, as pessoas que vivem nesta cidade, têm de ser respeitados. Não podemos fazer ações isoladas que prejudiquem os pobres e privilegiem os ricos. Isso tem sido

prática na região do Brás. É tanto que Afonso José da Silva pagou com sua vida por fazer defesa velada do interesse dos vendedores ambulantes, e parece que esta política vai avançar.

Em 1998, uma CPI disse que precisava regulamentar o comércio ambulante e não fazer esse tipo de prática, esse tipo de política absurda. Estamos revendo esse filme. Precisamos fazer, com urgência, um cadastramento que contemple os interesses dos vendedores ambulantes e que legalize não só as feiras do dia, mas as feiras da noite. Os ambulantes trabalham não durante o dia, mas trabalham durante à noite. Na madrugada, enquanto parte da população está dormindo, os trabalhadores estão produzindo as suas rendas, estão produzindo o ganho de sua família.

Só para finalizar, queria pedir a intervenção do Vereador Suplicy com relação ao PPI, porque os ambulantes não estão conseguindo resolver isso. Queria também chamar a atenção que a violência não é o caminho, Sr. Administrador do Brás, para coibir os trabalhadores. Lá tem trabalhador nas ruas do Brás, não tem bandido. Preste atenção: administrar também é entender. Polícia combate o crime, não trabalhador. Trabalhador tem de ser tratado com respeito, com dignidade.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, Sr. Manuel Wilson de Sousa, do Fórum dos Ambulantes de São Paulo e de São Miguel, por suas palavras.

Passamos agora a palavra à Sra. Creuza Maria de Jesus, do Fórum dos Ambulantes. (Pausa) A Sra. Creuza está presente? (Pausa) Então, passamos a palavra para a Sra. Valdina de Assis da Silva, da Jaciara e da União Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Camelôs, Feirantes e Ambulantes do Brasil - Unicab.

**A SRA. VALDINA DE ASSIS DA SILVA** – Bom dia, Vereador Suplicy. Bom dia às autoridades presentes e bom dia a todas e a todos.

Meu nome é Valdina Silva e eu represento aqui a Unicab, a União Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Camelôs, Feirantes e Ambulantes do Brasil.

Senhores, ouvi atenta a voz de cada um. A nossa realidade nossa não é a mesma de 30 anos atrás. Nós estamos em uma cidade capital, em que todos constroem esta cidade e

este país. Digo isso porque, com todas as dificuldades que estamos enfrentando há anos, por falta de uma política pública de geração de renda e de emprego, inclusive, pelo Poder Público municipal, nós, cada vez mais, estamos buscando alternativas, porque somos pais e mães de família e não podemos esperar a decisão do Poder Público de quando ela criará uma política pública e geração de emprego e renda. E com a chegada da Covid-19, esses trabalhadores foram muito guerreiros, principalmente as mulheres que, com todas as suas dificuldades, elas foram para a rua colocando as suas vidas em risco, porque não havia nenhuma assistência financeira a esses trabalhadores e a essas trabalhadoras. E elas foram lá brigar pela vida. Elas juntaram retalho, elas juntaram as suas máquinas, concluíram as suas máscaras e foram para a rua. O que nós precisamos é que o Poder Público crie, com cada organização, um diálogo, para que nós possamos resolver os problemas, os conflitos que temos na cidade de São Paulo e que todos os trabalhadores sejam atendidos.

O que nós estamos precisando? Nós estamos com um PL que está para ser votado, no qual o Vereador Suplicy, a Vereadora Juliana e os demais Vereadores estão envolvidos. Precisamos votar este PL para que legalize, com urgência, a Lei do Trabalhador do Estado de São Paulo, e a nossa Frente Parlamentar que está em andamento em Brasília, que também precisa ser votada. E esta é a realidade: São Paulo é o colo do mundo. Têm pessoas do mundo inteiro aqui. Inclusive, São Paulo recebe muitos refugiados que não conseguem sobreviver em seus países.

Agora, voltando à situação do Tô Legal, respondendo ao Coronel: sim, teve 45 mil vagas, porém só 17 foram inscritas e por quê? Porque este programa, este decreto não atende às necessidades do trabalhador ambulante. Esses trabalhadores têm dificuldade para se inscrever; não há espaço, na Cidade, para eles.

Eu termino a minha fala dizendo: mexeu a situação do Brás. É a realidade que nós estamos enfrentando, a crise gerada, há anos, por não haver diálogo com a categoria. Porque a realidade do Brás é isso, os trabalhadores do Brás estão gritando por socorro ao Poder Público e o Poder Público parece que não entendeu que nós contribuimos com 50% quando compramos

e vendemos a mercadoria de muitos empresários, sem nenhum apoio, com trabalho escravo. Não temos nenhuma assistência de banheiro, não temos refeitório.

Então, eu termino falando para vocês: precisamos de diálogo público. Eu estou com os companheiros do Brás.

Obrigada a todos pelo convite.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Obrigado, Sr. Valdina de Assis da Silva.

Agora a Sra. Iolanda Palácios, da Associação de Mulheres Imigrantes Luz e Vida – AMILV.

**A SRA. IOLANDA PALÁCIOS** – Muito bom dia a todos. Eu agradeço o convite.

Eu sou representante da Associação de Mulheres Imigrantes Luz e Vida. Nós abraçamos mulheres em vulnerabilidade. Na minha Associação, 70% das mulheres são sozinhas.

Sabemos que esta luta do comércio de rua existe há muito tempo, mas também sabemos que isso se intensificou com a pandemia, porque muitas pessoas foram demitidas de seus empregos. Muitas lojas fecharam, as pessoas perderam os seus empregos e ficaram na rua. Então, essas pessoas, pela necessidade de sustentarem as suas famílias, enxergaram a possibilidade do comércio de rua. Então, é preciso haver a regularização de todas as pessoas que trabalham na rua. O que precisamos para que isso aconteça? Precisamos que vocês, da Prefeitura, nos escutem, falem conosco, porque as pessoas estão sofrendo.

Então, é muito importante para nós esse diálogo com vocês.

Também pedimos que segurança para podermos trabalhar, para podermos nos regularizar. Pedimos que, por favor, olhem para aquelas pessoas que precisam, para aquelas mulheres que precisam levar o sustento às suas famílias.

Para terminar, muito obrigada pelo convite. Acho que vocês têm de ajudar a todas as pessoas que estão nesta luta. Regularização já.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito obrigado, Sra. Iolanda Palácios.

Gostaria de informar que convidamos o Sr. Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras, e o Sr. Cesar Angel Boffa de Azevedo, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento. Pergunto se mandaram algum representante ou se estão presentes. (Pausa) Não?

Foram convidados, também, o Sr. Ricardo Tripoli, Secretário da Casa Civil, e a Sra. Claudia Carletto, Secretária de Direitos Humanos.

**A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER** – Vereador, a Secretária de Direitos Humanos respondeu que estava em um compromisso fora de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Certo.

Foi convidado, também, o Sr. Gustavo de Dedivitis, Presidente Executivo da Federação dos Varejistas e Atacadistas do Brás, Febabrás. Ele informou que teria dificuldades em estar aqui hoje.

Eu passo a palavra, agora, para aqueles que se inscreveram no site da Câmara Municipal. Peço à Sra. Mônica Nader para informar quais os nomes dos inscritos, por favor.

**A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER** – A lista de inscritos tem o Sr. Rônei, não sei se está presente. (Pausa) A Sra. Luba. (Pausa) O Sr. Paulo Rogério Pereira. (Pausa) O Sr. Jung Min Ki. (Pausa) E a Sra. Francisca Vânia Maia. (Pausa)

O Dito está me informando que a Creuza está aqui. Creuza, você quer falar?

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Sra. Creuza, pode falar por três minutos, por favor. (Pausa)

**A SRA. MÔNICA NASCIMENTO NADER** – Acho que não. Deve ter caído, Vereador. E o Sr. Danilo pede a palavra também.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – O Subprefeito da Mooca, então.

Tem a palavra o Coronel Danilo Antão Fernandes.

**O SR. DANILO ANTÃO FERNANDES** – Apenas para consignar que eu estou representando o Secretário Modonezi.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Sim. E como representante do Secretário Modonezi, se quiser completar a sua exposição, por favor.

**O SR. DANILO ANTÃO FERNANDES** – Muito obrigado. Eu já comentei o que eu tinha para falar. Agradeço a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Muito bem.

Assim, nós ouvimos todos os inscritos nesta reunião. Ela serviu para que tivéssemos maior consciência da problemática do comércio ambulante do Brás. Eu avalio que será importante nós continuarmos esse diálogo. E transmito aos representantes da Prefeitura, ao Coronel Danilo que há a necessidade de diálogo mais intenso com os representantes dos ambulantes que ainda não foram contemplados com lugares nesse novo Boulevard que se está construindo. É necessário aprofundar o diálogo e ver como se assegurar o direito daqueles que desejam trabalhar, mas que estão hoje com dificuldades; que haja um procedimento de maior respeito para com todos e não o uso da Polícia Militar ou da GCM de forma que, por vezes, constitui em desrespeito aos direitos humanos. Mas acredito que o fato de ter se ouvido a todos que foram convidados foi muito importante para que tenhamos, assim, uma maior consciência do problema difícil de ser resolvido.

Coronel Danilo, estivesse eu em seu lugar, sei que o problema não é fácil de ser resolvido, mas eu quero aqui me colocar à disposição como Vereador. Eu até convidei pessoalmente o Vereador Adilson Amadeu. Acho que por alguma razão ele não veio, mas eu acho que no que eu puder colaborar nesse diálogo, nestes próximos dias e semanas, eu me sinto no dever e responsabilidade de me colocar à disposição. E avalio que, quem sabe, com outros Vereadores da Comissão, possamos fazer uma visita ao Brás, à Rua Tiers, e termos mais um diálogo com os representantes da Prefeitura, em especial, com o próprio Coronel Danilo Antão Fernandes.

**O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA** – Vereador Suplicy, eu até tinha sugerido,

no *chat*, uma visita de uma frente de Vereadores no Brás e uma reunião com todas as entidades. O Centro Gaspar Garcia também se coloca à disposição. Seria importante também convidar a Defensoria e o próprio Ministério Público, que se colocou... a Promotoria do Ministério Público do Trabalho, que se colocou à disposição para uma visita o quanto antes à região. Devemos buscar esse diálogo. Eu acho que se não fizer isso, Suplicy, a tentativa de remoção pode gerar uma guerra naquela região, um conflito sem precedentes. Alguns ambulantes não vão sair de lá dessa forma.

**O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)** – Então, eu vou conversar com a Presidenta Erika Hilton, com a Cris Monteiro e demais Vereadores para verificarmos uma data, de comum acordo, em breve, para uma visita ali e, quem sabe até, com o Adilson Amadeu também. Então, vamos fazê-lo. Eu aviso quando isso será possível.

Muito obrigado a cada um.

Estão encerrados os nossos trabalhos.